



Secção – Floresta, Ambiente e Baldios

Conclusões

As presentes conclusões repescam não só as ideias, sugestões e propostas debatidas nesta secção, como as que foram avançadas em vários reuniões e Encontros preparatórios deste VI Congresso da CNA.

Desde logo resultou, como sentimento unânime desta Mesa cujo participantes maioritariamente formados por produtores florestais, compartes, Órgãos gestores dos Baldios, directores associativos e técnicos florestais que depois de uma intensa discussão a Mesa decidiu levar ao congresso as seguintes reflexões:

1. O debate começou por analisar os obstáculos e as dificuldades havidas com os anteriores QCA e ainda os problemas pendentes relacionados com o programa Agro na vertente florestal. Foi unânime a consideração de que os terrenos baldios foram ao longo destes QCA marginalizados destes importantes fundos comunitários e só a partir de 2002 é que foi dada a oportunidade aos Conselhos Directivos de Baldios, possibilitando que fossem os órgãos gestores a assumir a responsabilidade de apresentação das candidaturas. Durante este tempo, fizeram-se muitos projectos. Mas paradoxalmente nem todos foram aprovados, por incapacidade de análise técnica dos serviços Oficiais, outros acabaram por ser executados, vistoriados e pasme-se, por questões meramente processuais e administrativas estão hoje a exigir aos órgãos gestores a devolução de centenas de milhares de euros de investimento feito. É necessário agilizar procedimentos e reparar penalizações indevidas e cessar com a devolução ao IFAP de fundos investidos e gastos nos terrenos comunitários.

2. Relativamente ao PRODER constatou-se o seu não funcionamento. Os Instrumentos Financeiros previstos no PRODER para a Floresta e Baldios subestimam e desvalorizam a importância destes espaços. A manter-se a actual estrutura, o financiamento será apenas mais uma miragem no desenvolvimento do espaço rural. Até ao momento os dados disponíveis espelham esta realidade: Zero Euros de investimentos no espaço florestal. Verifica-se, por outro lado, uma falta de articulação ao nível dos vários intervenientes: IFAP, AFN, DRAPs, PRODER e ICN. Tal situação está a levar a atrasos na apresentação de projectos e gera mais burocracia e estagnação. Frustra ainda expectativas e leva à desistência dos pequenos e médios produtores florestais e representantes das áreas comunitárias em concorrer aos apoios comunitários. Esta ausência de investimento colide com os objectivos traçados pelo Governo, leva ao incumprimento dos inúmeros planos e visões estabelecidas para o sector florestal reiteradamente assumido como estratégico para o País. É preciso agir urgentemente, reconhecendo efectivamente o papel dos espaços florestais, começando por elevar as percentagens de investimento público e comunitário, alargando e aumentando a sua aplicação tendo esta notórios benefícios ambientais. Eliminar a falta de coordenação e entendimento oficial, e aumentar o apoio para quem acredita e pretende investir. É necessário reconhecer direitos de usufruto às comunidades de forma justa pondo fim às restrições e à aplicação de taxas sem qualquer tipo de compensação em todas as áreas dos Parques Naturais e rede Natura 2000.

3. Aplicar escrupulosamente a Lei dos Baldios em todo o território nacional.

Volvidos 34 anos da publicação da primeira Lei dos Baldios, continuamos a assistir por parte da AFN ao seu incumprimento, a atitudes de ausência de gestão, gestão danosa por negligência técnica, absentismo no seu relacionamento com as comunidades, dualidade de critérios para os mesmos assuntos – veja-se o caso da apreciação técnica dos PUBs. Esta postura tem proporcionado o recrudescimento de conflitos de limites dos baldios muitos deles facilmente resolvidos caso a AFN se dispusesse à sua mediação, colocando na mesa o historial da gestão do respectivo espaço comunitário. É preciso uma nova atitude, uma nova postura da Entidade Co-gestora com os órgãos dos baldios. Assistimos nos últimos anos a uma

certa inoperacionalização dos Serviços Florestais incapazes de responder às tarefas que lhe estão cometidas - saída dos Guardas Florestais, colocação de centenas de funcionários na mobilidade, sucessivas leis orgânicas, resoluções de Conselho de Ministros, Decretos-Lei, Portarias, Despachos, Planos e mais Planos - mas os problemas esses permanecem sem solução. Urge parar com a visão redutora que o Estado atribui às áreas comunitárias: hoje é mais fácil fazer obras não florestais de grande impacto em área baldia do que plantar uma árvore. Assim, os participantes concluíram: da necessidade de clarificar de forma inequívoca a posição do Estado, enquanto Entidade Co-Gestora dos Baldios, dando maior capacidade de gestão a todas as comunidades que assim o entendam; Criação de Grupos/ZIFs de Baldios no estrito cumprimento da Lei 68/93 adaptados à realidade e especificidade das diferentes regiões do País, separando formas de gestão consoante a tipologia de propriedade e ordenamento jurídico; uma nova atitude por parte da AFN com a gestão dos Baldios, identificando a importância dos territórios comunitários. É necessário agilizar procedimentos, diminuir contenciosos e melhorar a forma de gestão dos espaços comunitários.

4. Os participantes chamaram a atenção para o reconhecimento e a importância do papel das OPFs no apoio aos seus associados e na ligação aos serviços públicos como seus principais interlocutores. É absolutamente necessário dotar todas as unidades baldias do seu instrumento de planeamento PGFs, dando continuidade ao trabalho já efectuado pelas OPFs. A esse respeito diga-se que 70% dos PUBs foram elaborados pelas diversas Associações em pouco mais de 2 anos (com destaque para o papel da BALADI). Destes 70%, apenas 30% se encontram avaliados e aprovados pela AFN, o que se significa neste momento que cerca de 80% das áreas baldias estão impossibilitadas de aceder ao PRODER.

5. Pugnar por uma certificação ambiental/ florestal dos bens fornecidos nos Baldios reconhecendo a sua importância como elemento âncora a um desenvolvimento sustentável do espaço rural e envolvendo sempre as comunidades e os seus Órgãos no processo.

6. Mereceram particular atenção algumas críticas feitas por certa comunicação social que os CDBs mexem com elevadas quantias financeiras e não prestam contas a ninguém. Tal afirmação é falsa. É um ruído que vem sendo feito genericamente ao longo dos anos, tendo-se acentuado nos últimos tempos particularmente em baldios que conseguiram celebrar contractos de eólicas para a produção de energia. Não obstante de haver algum descuido nesta matéria de alguns CDBs descuido que as A.C. devem estar atentas, todavia, o movimento dos baldios organizado na BALADI tem dotado as suas Associações de meios administrativos, técnicos e jurídicos e tem vindo a responder atempadamente a esta matéria. O que na verdade tais críticas pretendem objectivamente é a alteração à Lei dos Baldios.

7. Finalmente, os participantes apelam para uma maior motivação do universo dos compartes, uma maior participação, recuperando a sua ligação e função de comparte ao seu território, permitindo que estes possam exercer de forma efectiva o direito de posse. Tem de parar a falta de respeito pelas comunidades locais detentoras dos espaços, que são bens comunitários que têm dono, que são os compartes. Tem que acabar as insidiosas campanhas culpabilizadoras da gestão dos baldios pelos compartes a pretexto do não funcionamento das Assembleias, de não apresentação de contas, gestão danosa, etc. Alguns deles gerem meia dúzia de cêntimos de mega projectos que são instalados no seus territórios, ao mesmo tempo que ninguém questiona outras entidades públicas, caso das C.M., que recebem quantias essas sim avultadas sem qualquer discussão, nem preocupação em investir em zonas de montanha para a manutenção de serviços públicos e qualidade de vida das gentes que querem continuar a amanhar e a viver no mundo rural.